

REDE ANGOLA: Grande Entrevista – Sociedade

<http://www.redeangola.info/especiais/embora-exista-muita-pobreza-no-musseque-o-musseque-nao-e-exclusivo-dos-pobres/>

30.11.2015 • 08h34

Sílvia Leiria Viegas

A especialista estudou a cidade de Luanda durante seis anos e escreveu uma tese de doutoramento em Arquitectura.

Por António Rodrigues.



Sílvia Leiria Viegas em Luanda [DR]

relacionadas

[Sandra Cordeiro canta em Luanda](#)• [Moda Luanda inspira-se no mundo digital](#)• [Polícia reforça combate às zungueiras](#)• [Luanda ganhará novos autocarros](#)• [Novos cursos em Luanda](#)•

Durante seis anos, a cidade de Luanda ocupou-lhe o pensamento, mesmo que ainda hoje lhe resulte difícil explicar porque razão resolveu fazer da capital angolana o tema da sua tese de doutoramento em Arquitectura. Sílvia Leiria Viegas escreveu um estudo de mais de 600 páginas sobre o que se tem feito em matéria de urbanismo na cidade nos últimos anos e chamou-lhe *Luanda, Cidade (im)previsível? Governança e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio*.

É a sua mensagem de amor a uma cidade. “Há um acto de amor nesta minha tese”, explica, “um lado emocional, de entrega emocional”, por isso, “este foi um trabalho de respeito, de dar. Eu ganhei muito mas também quis dar”, conta a arquitecta nesta entrevista.

Comecemos pelo título da sua tese: Luanda é uma cidade previsível ou imprevisível?

É uma cidade imprevisível, do meu ponto de vista. O título de cidade imprevisível foi uma coisa que me veio naturalmente, nasceu antes de a tese ter nascido, a questão da governança e das resistências já apareceu no final. É uma cidade imprevisível por várias razões, mas aquela que eu gostaria de reforçar, porque depende destas dinâmicas, é a da governança, com as suas estratégias, os seus instrumentos, incluindo o planeamento, versus a produção de espaço pelas pessoas *bottom up* [de baixo para cima]. É uma cidade imprevisível porque depende destas forças – governança (poder) e a população mais ou menos organizada – e da tensão que estas duas forças geram quando entram em confronto. Tal como esse desfecho, a própria construção da cidade é imprevisível. Se me perguntar, “é previsível em alguma parte?” É, é previsível quando o governo tenta implementar determinados planos, pois consegue prever que aquele pedaço de território vai ter uma determinada configuração à partida. Mas o próprio governo não prevê – ou se prevê não o integra no seu discurso – a transformação desse território após a intervenção do Estado. Ou seja, o governo chega e diz “eu quero construir habitação aqui”, mas depois não tem nenhuma narrativa sobre o impacto que isso tem na população e sobre o que esta vai fazer por reacção a essa intervenção do Estado. E, nesse aspecto, até a própria previsibilidade do governo se transforma em imprevisibilidade.

Embora o tema da sua tese não seja o de comparar Luanda com outras cidades africanas, daquilo que conhece de outras metrópoles africanas, de que forma é que se compara a evolução de Luanda com outras, como Joanesburgo, Lagos ou Maputo, por exemplo?

Não conheço, nem estudei com profundidade nenhuma dessas outras cidades. O que acho paradigmático no caso de Luanda é a questão do capital. Sendo uma economia fortemente dependente da exploração de petróleo, a quantidade de dinheiro que isso gera, em benefício não só do Estado mas do sector privado ou das empresas privadas de natureza estatal, faz com que a dinâmica da construção na cidade seja muito forte. Aqui há um capital que podia ser mais bem direccionado para a implementação, mesmo que parcial, de um grande plano como é o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. Ou fazer um grande *master plan* para domesticar uma cidade que tem 6,5 milhões de habitantes.

Por outro lado, esse muito dinheiro que entrou nos cofres do Estado por via do petróleo levou a querer construir rapidamente uma cidade em vez de a pensar primeiro.

Não sei se a relação é assim tão directa. Há duas faces de uma moeda. Primeiro, o governo não é uma entidade assim tão homogénea como a cidade, há muitas pessoas no governo que pensam coisas muito diferentes. Uma parte das pessoas está realmente bem-intencionada porque a pobreza urbana é uma coisa muito visível na cidade de Luanda. Não me atrevo a dizer que a intenção do governo está errada, digo é que, talvez, estejam mal informados na forma de intervir. A questão é que existem determinados cânones ditos universais, importados da Europa – em 2002, acabou a guerra e não se quis pobreza urbana, quis mostrar-se, aos angolanos e à comunidade internacional, que se era capaz de ter outra sociedade e, com isso, outra cidade, uma cidade-metrópole; Luanda é agora Luanda e Bengo porque há uma ideia de grande expansão...



Conjunto habitacional de realojamento do Panguila | Sílvia Leiria Viegas

A própria divisão administrativa, com o Bengo a perder alguns dos seus municípios e a província de Luanda a estender-se...

O governo resolveu ter as suas reservas fundiárias, para isso é preciso espaço. Essa agregação e é essa mudança dos limites administrativos, coisas de natureza burocrática e com intenção política, trazem grandes constrangimentos ao nível do território. Vou-lhe dar um exemplo, o Panguila, que foi um dos casos que estudei. Por que digo que é o mais periférico? Porque no início do processo pertencia a Luanda, com a mudança dos limites administrativos já pertence ao Bengo. Portanto, as pessoas estavam no centro da

cidade, a viver na Chicala e afins, são expulsas e realojadas no Panguila. De repente, o Panguila já não pertence a Luanda, pertence ao Bengo e as pessoas que eram responsáveis por garantir que aquelas pessoas iam ser realojadas com condições já nada têm a ver com o processo, que passou para outra administração, que desconhece o processo ou não tem capacidade. O que quero dizer é que são tomadas decisões político-administrativas, assim como são implementados planos e projectos, e não se faz um diagnóstico a montante para justificar a implementação dessas políticas, há apenas uma ideia genérica de que há pobreza. Mas ia demorar muito tempo a fazer um estudo daquilo que existe e isso não era compatível com a intenção do governo, em 2004, 2005, para as eleições de 2008 e depois de 2012. Era preciso criar um programa que já estivesse em curso, mesmo não concluído, para mostrar à população que o governo estava empenhado em atribuir casas às pessoas. Isto é uma conjuntura dos tempos, não vou dizer que Angola é um caso único, ele só espelha, com uma lente maior, aquilo que acontece à escala mundial. O caso dos despejos é uma coisa que acontece no mundo inteiro, o [David] Harvey chama-lhe expropriação por desapossamento. O dinheiro encontrou no território um forte aliado para a sua multiplicação.

Não há também uma pressão sobre o governo por parte dos privados, com a subida do preço do metro quadrado dos terrenos em Luanda, para que se exproprie rapidamente e se deixe construir na vertical na baixa de Luanda?

Sim, claro, isto é uma dança. Estamos a falar dos privados com a conivência do governo ou com o incentivo do Estado. Mas é um governo que, claramente, beneficia o investimento privado, porque quer acabar com a pobreza na baixa e o discurso vem no sentido de que através da dinamização da construção civil, se conseguem criar empregos, as pessoas entram no sector formal, conseguem ter acesso aos empréstimos bancários e conseguem entrar na dita classe média formal. Quando, na verdade, não é nada disto que acontece. Porque, depois, já não são os angolanos que vão construir mas os chineses e aquela ideia fantástica de dar emprego aos angolanos acabou porque só há chineses ou portugueses a construir.

Uma parte essencial da sua tese é a ideia de conflito, Luanda transformada numa zona de conflito...

Dos poucos trabalhos que há [sobre a cidade], tem havido uma tendência de polarizar as questões, que eu também fiz. Mas eu quis ir mais além, porque me parece óbvio, como investigadora, que os campos estão polarizados e eu quis perceber o que se poderia fazer de positivo com essa sinergia. E acho que o contributo da minha tese foi o de tentar perceber pontos de contacto e perceber se esses pontos de contacto, entre forças polarizadas, traziam alguma coisa de bom. Quase como um alerta para a governação: “atenção, porque isto não está a correr assim tão bem”. Esta tese é mais um sinal de alerta. Ou seja, não há diagnóstico a montante, não há análise a jusante. Mas esta já é um bocadinho, se fizerem mais 30 teses, se houver equipas multidisciplinares a fazer uma análise dos impactos do que está a ocorrer, óptimo. Este foi o meu pequeno contributo.

Não seria de esperar que esse conflito acontecesse? Depois da forma como Luanda foi crescendo com as pessoas que fugiam da guerra, que encontravam na cidade a pouca paz que se podia encontrar num país em guerra, que foram fazendo as suas casas, que tiveram filhos que já

nasceram em Luanda e não têm qualquer ligação com a terra de onde vieram os pais. Não seria de tentar minimizar esse conflito à partida?

Mas como é que se faz isso? Quando se quer impor uma vontade a populações que não são ouvidas, como é que se minimiza um conflito?

Não havia soluções?

Havia soluções de consulta às populações, para já, de as informar, de as ouvir. Haver mais democracia na gestão dos processos e assumir que há coisas que não são controláveis.

Será essa a grande falha da urbanização de Luanda, o facto de ter sido feito de cima para baixo e nunca ao contrário?

Acho que sim, o facto de não se ouvir as populações na construção de um território que é maioritariamente dito informal, onde 80 por cento da cidade é construída pelas pessoas e só 20 por cento é herança colonial. Este governo nos últimos 20 anos, mais acentuadamente agora, está a tentar construir uma nova cidade e 80 por cento não está a ser ouvido, não está a influir no processo.



Precariedade de um musseque central | Sílvia Leiria Viegas

Nos documentos que leu sobre o assunto para a sua tese, alguns deles documentos confidenciais do governo, nunca encontrou uma defesa da requalificação dos musseques como alternativa na urbanização da cidade?

Eu acho que é uma ideia cliché porque tem sido uma falência deste ciclo. Porque não é fácil. Imagine o que é qualificar aquela área toda? Muitas pessoas do governo me disseram que isso implicaria custos desmesurados, não haveria capital. Mas também está associado a um descontrole do governo sobre o território. Nós sabemos que o território sempre foi fonte da tentativa de controle – as guerras são por causa da luta de espaço – e um governo autocrático que não controla o seu território, não controla os seus cidadãos e este governo quer controlar os seus cidadãos através do controle do espaço. Por isso, este governo quer transformar cidadãos irregulares em cidadãos regulares e quer fazer a mesma coisa com o território.

Não se trata, também, de afastar os musseques da cidade?

Completamente, afastá-los do olhar público. Apanhei documentos confidenciais do governo que diziam “empurrar o musseque até Cabinda”. Há duas questões: uma é a tal ideia da modernização do centro, incompatível com o musseque, estas pessoas têm de ir para algum lado, vão para a periferia; mas há uma ideia recorrente do retorno ao campo, como se as pessoas que vieram nos últimos 20 anos viver para a cidade agora voltassem. A ideia deste plano, pelo menos assim está escrito, é a apologia de criar condições nos meios rurais para fazer estas pessoas retornar. É um despautério. Até porque não são criadas as condições para as pessoas quererem voltar ao campo. O que acontece na prática é a periferização da pobreza, para zonas longínquas, 40, 50, 100 quilómetros, e depois as pessoas continuam a ir onde têm de ir, que é ao centro da cidade.

Esta ideia de transformar a baixa numa espécie de *city*, à moda de Nova Iorque, muitos edifícios altos, envidraçados, não se prende com uma intenção de vender para fora a ideia de um país moderno, quase um cenário de Hollywood que não tem a ver com o resto da cidade?

Não tem a ver, mas há muita gente que nem sequer conhece o resto da cidade. E passa bem essa imagem. Há essa ideia da internacionalização de uma imagem de franca modernidade que seja elegível para um público externo.



A cidade do Kilamba | Sílvia Leiria Viegas

Acha, que se continuar assim, haverá duas cidades definidas dentro de Luanda, uma cidade dos ricos e outra dos pobres?

Não acho que isso vá acontecer, até porque é muito difícil perceber o que é rico e o que é pobre em Luanda, excepto pelos sinais exteriores de riqueza. No musseque, há casas com jipes que eu nunca seria capaz de comprar. A ideia de viver no musseque, como me disseram, estou a parafrasear, também é um estilo de vida, porque há competências sociais que estão mais salvaguardadas ali. Uma pessoa vai viver para o Kilamba e tem de levar a criança à escola e depois tem de ir para o emprego, não tem os apoios sociais que tem no musseque, onde deixa a criança na vizinha ou na tia. E que são fragmentados ou implodidos nestas mudanças. Embora exista muita pobreza no musseque, o musseque não é exclusivo dos pobres.

Entre a informação que leu, encontrou alguma ideia de salvaguarda desses laços nos novos realojamentos?

Não, nada. As preocupações são das pessoas que participam nos processos. Eu não estive em todos, mas nos testemunhos que consegui registar, falam em grandes arbitrariedades na forma como as pessoas foram realojadas, em descontrolo nos próprios processos. No Panguila, as pessoas foram colocadas, imagine, três famílias, uma em cada quarto na mesma casa. As pessoas é que se organizaram para trocar os quartos, para pelo menos na mesma casa ter uma família com os seus primos e não um vizinho que nunca viram.



Área de reassentamento no Zango | Sílvia Leiria Viegas

O Rede Angola fez uma reportagem no Zango, onde não existem condições para se viver, as pessoas foram colocadas em tendas, sem qualquer tipo de infraestrutura. Não haverá aqui um possível campo fértil para a semente da revolta? Sentiu isso?

A minha grande perplexidade foi não sentir isso com a intensidade proporcional à violência dos processos. Não sei se é por causa do peso da guerra, se é porque há um discurso do Estado que, aos olhos destas pessoas, justifica as práticas. As pessoas criticam mas não senti isso. Não há um descontentamento organizado. O que eu sinto é que há determinadas organizações, determinadas parcelas microscópicas da sociedade civil que se organizam para dar voz a estes processos e outros.

Fala na sua tese de uma política de “tabula rasa” do governo, que quase parece que foi estendida aos reassentamentos. Como se o governo dissesse

às pessoas, “vamos começar tudo de novo, por isso, vocês comecem tudo de novo, também”.

É um ponto de vista interessante. Sim, é isso que acontece, “nós estamos a começar uma cidade nova, onde vocês não têm lugar, portanto, comecem a vossa vida nova nas periferias”.

Sentiu também nessa ideia da “tabula rasa” a vontade de apagar as marcas do tempo colonial?

Eu ouvi vários discursos. Ouvi discursos que sim, que reforçavam essa teoria, de que ainda havia uma grande animosidade e uma necessidade de eliminar os símbolos da colonização. Também porque nós, portugueses, continuamos a ter uma atitude paternalista com estes territórios. As pessoas vão a Angola e dizem património português e eles dizem património angolano de origem portuguesa. Por um lado, há essa narrativa, mas também há a narrativa da especulação imobiliária pura e dura.

Sentiu nas pessoas essa ideia do direito à habitação condigna como um dos direitos humanos?

Sim, claro que sim. As pessoas querem ter casas e querem ter casas condignas e as pessoas querem ir para o Kilamba porque é a ideia da casa que as faz ascender à classe média. Por isso é que a ideia do governo foi tão bem aceite, da construção de um milhão de casas em quatro anos. A ideia da casa sempre foi um slogan propagandístico, desde a Suécia ao Brasil, ao México. O que me disseram, pessoas do governo, foi que os chineses tentaram vender ao presidente [Hugo] Chávez na Venezuela o mesmo projecto que depois foram implementar no Kilamba e Chávez recusou.

O governo também está condicionado, quem constrói o Kilamba são os chineses porque tem a ver com as contrapartidas dos empréstimos.

A partir do momento em que optou, gerou uma dinâmica que lhe causou limitações. Coisas simples, contaram-me que os casquilhos das lâmpadas são chineses e não são compatíveis com os angolanos, se o casquilho rebentar têm e ir comprar um casquilho à China. Obviamente, os chineses levaram todo o conhecimento e todo o material e o potencial para, no futuro, Angola depender da China.

“O direito à cidade não existe em Luanda”

Fale-me desse conceito do direito à cidade e se ele se sente em Luanda em alguns sítios.

A cidade de Luanda é muito parca no que diz respeito ao direito à cidade. O direito à cidade é um conceito que foi lançado por Henri Lefebvre em 1968 e é um conceito quase intangível que tem vindo a ser apropriado por vários estudiosos, teóricos e por governos. Mas há várias facções, há quem diga que sendo o direito à cidade uma coisa completamente intangível, mais vale fazer o direito à habitação ou ter a segunda, terceira, quarta categoria do direito à cidade, com se fosse possível. Lefebvre fala no produto – aquilo que é material – e a obra – o mais intangível. O produto tem mais a ver com as coisas práticas – a casa, a água, a luz, os esgotos, o lazer, o comércio, a saúde, os equipamentos associados. A obra, o intangível, tem a ver com as relações humanas, aquilo a que chama a festa e que podemos traduzir em duas vertentes: a participação efectiva das pessoas no campo político, não só no contexto democrático quando se vota mas na participação mais directa; e a apropriação do poder, quando a população resgata esse poder para si mesmo – o direito de querer exigir, o direito de participar, o direito de fazer a cidade à minha imagem; eu crio a cidade e a cidade molda-me a mim. E, por isso, é que há apologia do musseque, porque o musseque é um reflexo desta forma de viver. Mas o direito à cidade é um conceito complexo que não existe em Luanda. O que eu tentei foi perceber, dentro das várias nuances do direito à cidade, em que é se aproximava e em Luanda, na generalidade dos casos, o direito à cidade restringe-se à casa.

Há também uma ideia subjacente à construção das centralidades, a de que o governo queria ao mesmo tempo criar com elas a classe média.

É uma espécie de magia. Isso vem decorrente das teorias económicas, a dinamização da economia através da construção civil. O discurso era esse, vamos construir porque ao construir criamos empregos dentro da construção civil, o que faz com que as pessoas possam entrar no circuito formal do vencimento e ascenderem à classe média. Não digo que não fosse essa a vontade mas não funcionou.

Acha que o trabalho de ONG como a SOS Habitat e a OMUNGA podem mudar a perspectiva...

Acho que sim, acho que é um trabalho extraordinariamente importante. Existem outras, mas a SOS é a mais arreigada em termos de contestação. É um trabalho fundamental, porque não senti que houvesse uma sociedade civil organizada de forma a contestar as práticas do Estado e, de alguma forma, são estas associações que lhes dão voz. Estas associações são muito importantes porque quebram o silêncio de uma sociedade que está muito fechada em si mesmo.



Sílvia Leiria Viegas em Luanda | Foto DR

Por que decidiu fazer esta tese?

Não sei responder a isso. Eu quis tentar perceber como é que este tipo de processos aconteciam à escala e Angola pareceu-me ser um caso paradigmático para aprender coisas que pudesse transportar para outros contextos. Percebi que em Angola, pelo dinheiro que tinha, era um processo muito mais violento. Mas ainda hoje em dia não lhe sei responder porque a fiz. Estou contente por a ter feito, acho que consegui que a minha tese fosse um contributo sério e importante num universo de investigação ainda muito escasso. Mas fico tão ou mais contente por mim, porque o que aprendi sobre a leitura de mim e do mundo e de onde está o meu piónés no mapa foi tão mais enriquecedor; eu é que ganhei. Estes processos são tão imbricados e, de certa maneira, tão claros e expressivos, sobre a forma como o mundo ocidental se tem vindo a consolidar e estas assimetrias... é muito importante dar voz às pessoas que têm muito pouco, é importante dar-lhes espaço para terem mais margem de manobra e não ficarem subjugados ao peso de uma mão política que as penaliza. O tema da subjugação dos mais oprimidos na área da arquitectura, do urbanismo, que é a minha área de disciplina, foi extraordinariamente importante. Angola era o sítio onde podia tirar estas ilações, porque é um sítio onde quem tem muito dinheiro pode fazer muitas coisas e tem muita margem de manobra, a arbitrariedade é imensa e onde as pessoas são penalizadas no dia-a-dia mas vivem estoicamente, heroicamente, dignamente no meio de dificuldades que nem sequer imaginamos, nem conseguimos raspar.

Então, de alguma forma, é uma tese política?

É sempre. Não é uma tese política, é uma tese sobre políticas, porque o urbanismo, como dizia o meu querido e falecido arquitecto Castro Rodrigues, é um instrumento político. Espelha uma invenção, uma estratégia, uma vontade.

Não tem receio, como muitas vezes acontece, que em Angola a reacção seja ‘lá estão os portugueses a tentar dizer-nos o que é que...’

...com certeza e têm legitimidade para o fazer nesse ponto de vista, por ser um estrangeiro a fazê-lo. O que eu digo é que este é um trabalho sério, não é um trabalho opinativo. É um trabalho feito com base na recolha de informação real no terreno. Ou seja, as conclusões foram tiradas com base na leitura do território, nas entrevistas que fiz às pessoas e na informação recolhida. Eu não podia opinar sobre nada. É uma tese bem intencionada porque é uma tese para dar um contributo. Este é o meu pequenino contributo. Mas, claro que sim, é natural que me critiquem por ser portuguesa – “lá estão os portugueses outra vez”. Mas, também por ser estrangeira, tenho uma liberdade e uma autonomia de análise que, se calhar, um angolano teria mais dificuldade em ter, porque estará limitado com outro tipo de constrangimentos de vida.

E quais foram os seus constrangimentos ao fazer esta tese?

Para já, foram constrangimentos económicos, porque é uma tese financiada com os meus recursos pessoais e dos meus familiares. Não fui bolsreira, foi carolice minha. Gastei não só os anos que estive a trabalhar como projectista, mas com o meu próprio trabalho de campo. Tive uma facilidade no factor surpresa. As pessoas não me conheciam e tive a sorte de encontrar pessoas que, de uma forma transparente, me passaram a informação preciosa para a construção da minha narrativa. Talvez porque ainda não havia trabalhos feitos, não havia ainda a desconfiança sobre o que se vai fazer com esta tese. Acho que, acima de tudo, tive a sorte de ter sido muito bem recebida em Angola. Acho que joguei com o factor surpresa. Se eu for para a semana a Angola, se as pessoas conhecerem esta minha tese, há muita gente que já não vai falar comigo.

Mas tem vontade de continuar o tema?

O tema Angola ou o tema...



Renovação urbana na estrada de Cacuaco | Sílvia Leiria Viegas

O tema Luanda.

Tenho naturalmente a curiosidade inerente a um processo que gostava de poder rastrear ao longo dos anos. Daqui a dez anos, perceber o que afinal aconteceu. Sou portuguesa, vivo em Portugal, não tenho pretensão de ir para Angola. Nesse sentido, sim, de poder eventualmente fazer projectos e monitorização ou acompanhamento. O tema continua a me interessar. Mas também me interessam outras cidades da lusofonia. Se calhar, com o que aprendi em Luanda, vou poder voar para outras cidades, já com o conhecimento adquirido.

Já tem ideias? Provavelmente agora irá candidatar-se a uma bolsa, um pós-doutoramento?

Agora estou numa fase de reflexão. Estes processos consomem e esta tese sinto que se fechou em si mesma. O tema não se esgotou mas o trabalho que me propus a fazer esgotou-se em si mesmo.

Já não tem mais nada a dizer sobre este tema específico.

Esta tese está fechada. Não sinto que tenha ficado alguma coisa por dizer com o tempo que tinha para fazer esta tese, nesses seis anos.

Mas está aberta para outros pegarem nela e desenvolverem.

Ou eu própria, mais à frente. Agora interessa-me a lusofonia, porque acho que o tema da língua portuguesa nos uns, os contextos são todos diferentes e podemos reflectir. Mas também ando interessada no tema Portugal no contexto da Europa que temos hoje, com os refugiados a entrar.

Como é que isso se poderia reflectir em termos de urbanismo?

Não sei. Tenho que pensar muito seriamente. Talvez porque agora me sinto esvaziada, depois de acabar este processo, preciso desta bolha de oxigénio. Há um lado meu político de intervenção que também é importante. O que estou a tentar dizer é que esta é uma tese mais reflexiva mas há um lado meu de investigação/acção que gostaria de pôr em prática também como projectista, também como arquitecta, gostava de intervir também em territórios destes já com o *know how*.

Gostava de trabalhar no terreno?

Gostava de não ser só uma coisa de entrevista e de diagnóstico. Gostava de não ser só espectadora, com todos os riscos de vir a ser criticada pelos investigadores no futuro.

Sim, mas isso é inevitável.

Quem não faz não erra. Interessa-me muito a ideia de investigação/acção. Porque somos simultaneamente investigadores e estamos a contribuir para a transformação daquilo que estamos a analisar.

E em Luanda? Podia ser uma ideia?

Honestamente não sei. Com a conjuntura política que Luanda tem, não creio que vá ser consultada para isso. Talvez por ter feito a tese sempre com essa franca consciência é que me dei a liberdade de poder escrever aquilo que achava que devia ser escrito.

Não se condicionou.

De “não posso escrever isto porque senão ninguém me convida para fazer este trabalho”? Isso não.

Disse-me que tinha começado a trabalhar nesta tese em 2008.

Entrei no doutoramento em 2008. O processo de investigação da tese começou em 2009. Digamos de 2009-2015 é o período da tese, sendo que os últimos dois três anos foram os mais absorventes. A partir de 2012, depois do trabalho de trabalho de campo, a perspectiva sobre Angola mudou.

Quanto tempo é que esteve em Luanda?

Entre Abril e Maio de 2012.

Foi a primeira vez?

Sim, foi a primeira vez que fui a Luanda.

E a África também?

Não. Conhecia a África árabe, o norte. Conhecia Cabo Verde, várias ilhas, incluindo a cidade da Praia. Não conheço Moçambique. Gostava de ir à África do Sul, mas não numa perspectiva de investigação, tenho outras colegas que estão a estudar isso.

E o impacto de Luanda é aquilo que não se consegue explicar.

Completamente. Tenho de dizer isto, há um acto de amor nesta minha tese, que não é de natureza científica. Ou seja, há um lado emocional, de entrega emocional. O angolano diz “estamos juntos”. Eu não gosto de dizer muito “estamos juntos” porque já se banalizou tanto, mas há um grande respeito pelo povo angolano. Este foi um trabalho de respeito, de dar. Eu ganhei muito mas também quis dar. Não é um trabalho desprovido de sentimento, de emoção. Não é um trabalho desprovido de emoção. Há uma inquietude e um desconforto e um não aceitar de injustiças e eu quis, por via do conhecimento científico, tentar dar o meu contributo. Isso é uma tese científica, eu provei por A+B+C – é mais difícil depois dizerem que não é bem assim. Tentei pelo método científico desconstruir uma coisa que emocionalmente me perturbava, uma realidade que me sobressaltava.